

O cânon e os programas de ensino de literatura no curso de letras

Roberto Mibielli

Doutorando em Literatura Comparada Universidade Federal Fluminense (UFF)

Pretendemos estabelecer um vínculo entre alguns elementos do campo literário e do ensino de literatura. Tentamos responder à seguinte questão: que relações podem ter entre si, Cânon e Escola? A ligação do Cânon com a sala de aula, apesar de, para alguns, parecer óbvia, nem sempre o é para a grande maioria, e ficará mais clara, se tomarmos de empréstimo, como ponto de partida, a idéia de que a escola, ao longo de sua história como instituição, tem sido um dos elementos reguladores/certificadores do que seja, ou não, literário. É impossível se discutir Cânon, ou ensino de literatura, sem que se defina antes o que é literatura. É justamente a literatura, ou o conceito de literatura que melhor nos couber, que será nosso guia, nosso ponto de convergência, na interação entre escola e cânon.

A partir da fragmentação proporcionada pelos estudos culturais, na segunda metade do século XX, qualquer pretensa unicidade do cânon será definitivamente derrubada. Décadas antes disso, a idéia de literatura também sofre semelhante processo. Não se pode falar de um tempo, em que o conceito de literatura fosse auto-evidente. Isso provavelmente nunca existiu. Mesmo porque, o termo literatura, bem como as ciências literárias, são uma invenção muito recente (século XIX). Mas se pode falar de uma produção literária anterior ao surgimento do termo literatura. E se pode falar, também, de regras para a normatização e o reconhecimento desta produção, como estipulado na *Poética*, de Aristóteles, e muito pouco modificado ao longo dos séculos (incluindo a Idade Média) até quase o início da modernidade.

Embora nos utilizemos de uma licença histórica, para chamar a produção anterior ao Romantismo de Literatura, devemos assinalar que o nome, para esta produção, dependia do gênero ao qual ela pertencia (épico e dramático, sendo o lírico, na visão platônica, um gênero menor). Segundo Compagnon (2003), mesmo com a ascensão da lírica, ao mesmo nível das suas irmãs (drama e epopéia), pouco mudaria até as vanguardas. Mesmo a diferenciação causada pela adoção, em definitivo, da prosa pelos gêneros épico e dramático (em pleno romantismo), e a conseqüente substituição desta tríade de gêneros por outra (do que antes eram épico, dramático e lírico, para romance, poesia e teatro), não se pode dizer que tenha havido uma mudança significativa na forma de organizar a produção literária. Quanto à literatura (lembremo-nos sempre de que o nome não existia ainda!), o termo que a designava, de modo geral, variou. Das Boas Letras, passando-se pelas Belas Letras (ou beletrismo), à literatura, houve um longo caminho.

Conforme dissemos antes, as poéticas (de Aristóteles e de Longino) são exemplos antigos de uma normatização literária, que delimitava o trabalho dos poetas. Estes limites bem definidos entre os gêneros, a forma e, por vezes o conteúdo, por sua vez, garantia que tudo fosse, ou não, reconhecido como pertinente ao campo. Em outras palavras, pode-se dizer que, daqueles textos sobreviventes ao tempo, que a tradição impunha o rótulo quer de lírica, quer de epopéia, quer de drama, não havia dúvidas quanto ao seu enquadramento. Pode-se argumentar que talvez algum texto que extrapolasse essas medidas tenha se perdido. Contra esse argumento vale o peso da tradição: o que não se enquadrava no paradigma dos gêneros não permanecia.

Talvez, por isso, tenha se arraigado na nossa (in)consciência a idéia de que a literatura pudesse ser una. E esta idéia prevaleceu por muitas e muitas gerações, principalmente enquanto discurso didático, fator que serviu para uma sua, cada vez maior, naturalização. Era importante que se reconhecesse o que era um texto literário. Daí, por exemplo as falsas idéias de que poesia só pudesse ser feita em versos e de que lírica era sinônimo de emoção, sentimento. De tal modo que, ainda hoje, é possível encontrar quem acredite conseguir definir de imediato o que é literatura. Como vimos antes, embora significativas, as mudanças de gênero que culminaram no período romântico, não foram suficientes para abalar totalmente a impressão de naturalidade com que se revestia o conceito de literário. Talvez, por este motivo, até aí não fosse necessário se falar em cânon, nem tampouco distinguir literatura canônica da não-canônica.

Daí ser possível afirmar que os conceitos de Cânon e Literatura estão intimamente imbricados. A sistematização do que é literatura e do que é literário passa pela idéia do que é e do que não é canônico. Passa pela discussão das constantes e recentes desnaturalizações do entendimento das fronteiras do texto literário, fator pelo qual se começa a pensar no cânone. Ou seja, passa, também, pelos princípios de permanência e de apagamento inerentes ao canon, bem como à literatura.

Foram as crises da história, enquanto disciplina positivista hegemônica, no campo dos estudos humanísticos, da própria *epistême*, de modo geral (e, em particular, do positivismo), o surgimento das vanguardas e outros fatos correlatos, que, pouco a pouco, foram tornando muito mais fragmentárias as fronteiras do campo literário. A queda gradual dos limites fez com que o conceito de literatura se tornasse cada vez mais vago, restando apenas a opção de se criar algo que preservasse os textos fundadores (e mais importantes de cada gênero). O racicínio, embora simplista, é eficaz: cabia, por exemplo, salvar do esquecimento as principais obras literárias do passado, diante do assalto da experimentação e da recusa ao passadismo.

Daí (embora não de modo tão instantâneo, nem tão simples assim) o surgimento do cânon, enquanto termo e espaço político na literatura.

Não que antes não se preservassem as principais obras, que viriam a compor o cânon, apenas este movimento de preservação guardava um quê de naturalidade que, a partir de então, não era mais possível.

Roberto Acízelo de Souza [s.d.], dentro da melhor tradição literária, que diz que literatura e nacionalismo se confundem, prefere buscar uma melhor definição do que é a literatura a partir do surgimento do termo em nossa língua. Para ele, este é um fator fundamental, no entendimento de como se constituiu o campo literário, as disciplinas que o compõem, bem como, de que modo foram constituídas suas regras de funcionamento.

Para isto, parte do resgate dos termos (e conceitos) que antecederam a existência de literatura, buscando a gênese do campo em dicionários e textos do final do século XVI I I e início do XIX: a palavra literatura em nenhum momento é utilizada [...], a julgar por sua ausência no grande dicionário da época o de Antônio Morais da Silva, de 1789, com segunda edição em 1813, a mesma ainda não integrava então o vocabulário da língua portuguesa (SOUZA, 2001, p. 15).

No lugar de literatura, o que encontramos é o conceito de Boas Letras: linguagem a serviço da edificação de um mundo humano harmonioso e regrado (SOUZA, 2001, p. 15), antecessor direto do conceito de Belas Letras correlato literário do termo Belas Artes.

Segundo Roberto Acízelo a expressão Belas Letras que vem substituir a expressão Boas Letras teve origem na França do século XVI I I, como sinônimo de *bonnes lettres* e *lettres humaines*. Ele justifica o uso do adjetivo belas como sendo ênfase dada em uma das virtudes da elocução, segundo a retórica o ornato (as demais virtudes são: pureza, clareza, correção e boa colocação), mas não descarta a hipótese do emprego ocorrer também como uma associação entre o coração (sensibilidade) e o espírito (inteligência) na pedagogia das letras: *De la manière d enseigner et d etudier les belles lettres, par rapport à l esprit et au coeur* (conferências de Charles Rollin, proferidas em 1688 e publicadas em 1726-28) (SOUZA, 2003, p. 56). Aponta ainda, como motivo para o uso da expressão, a:

[...] interação com o conceito de *beaux arts* (século XVI I I) belas letras, música, pintura, escultura, arquitetura, dança, resultante do abandono da segmentação anterior das artes em artes *mechanicae* e artes *liberales* (gramática, retórica, dialética; música, aritmética, geometria, astronomia); desenvolvimento da estética (disciplina filosófica que tem por objetivo as representações sensíveis, que se opõem às representações distintas , objeto da lógica): *Meditationes philosophicae de nonnullis poema pertinentibus* (1735) e *Aesthetica* (1750-1758), de Alexander Baumgarten. (SOUZA, 2003, p. 57).

É o mesmo Acízelo que vai nos explicar o porquê da decadência do emprego do termo Belas Letras, de modo definitivo, a partir do romantismo: queda do consenso a respeito do belo, em particular o belo artístico [faz com que se inicie um processo em que se começa a empregar de modo pejorativo a] expressão belas letras, que, desde o século XVIII, passa a sofrer a concorrência da palavra literatura (SOUZA, 2003b, p. 58). Para o autor, o emprego conceitual de uma e outra, mais que qualquer outro fator, influenciou definitivamente no quase desaparecimento de uma (Belas Letras) e na hegemonia da outra (Literatura).

Do (res)surgimento culto da palavra literatura, para a criação de sua disciplina específica, a História da Literatura, ocorre todo um processo que, segundo o autor, culminará no séc. XIX.:

[...] a história da literatura, cujas manifestações preliminares se podem recuar no máximo aos anos de 1500, constitui presença bastante recente nessa área de conhecimento. A rigor, porém, obras pré-oitocentistas, não obstante a circunstância de algumas delas exibirem nos próprios títulos credencial de pertinência àquela vertente moderna dos estudos literários os principais exemplos são *Storia della letteratura italiana* (GIROLAMO TIRABOSCHI; 1722-1782), *Histoire littéraire de la France* (beneditinos da congregação de St. Maur; 1733-1763) e *Historia literaria de España* (Rafael Rodríguez Mohedano e Pedro Rodríguez Mohedano; 1766-1791), consistem antes em compilações e reunião de material erudito, já que são desprovidas dos elementos que configuram a história da literatura propriamente dita [...]. (SOUZA, 2003, p. 1).

Enquanto palavra, que define um espaço de relações de produção (e análise), literatura é, virtualmente, substituto de duas disciplinas: a retórica e a poética. Portanto, pode-se assinalar seu caráter escolarizado, sua origem pedagógica. Confundida, inicialmente, no meio pedagógico com disciplina (conceito, na opinião de Acízelo, menor do que o objeto em si), a literatura passa, na medida em que o termo evolui e os contextos mudam, de disciplina, em que se buscavam questões de estruturação e estilo textual (como queria a retórica, num de seus cinco constituintes, o ornato), à disciplina de caráter histórico, tornando-se assim, história da literatura.

A origem da história da literatura, para ele, portanto, é mais escolar, ou acadêmica do que programática, embora ele não descarte também esta origem. A história da literatura surge a partir do ressurgimento, entre nós, da própria palavra literatura e da efetivação desta (ao lado de letras) como conceito chave para a constituição do campo literário:

Para o estabelecimento desse campo, é possível imaginar dois processos alternativos. Segundo uma visão linear, o campo literário terá sido originariamente configurado pela filologia, pela retórica e pela poética os compartimentos mais antigos da área dos estudos literários, sendo depois legado às disciplinas que as sucederam. [...] Como, porém, a observação, por sua condição de instância metodológica, não constitui apanágio de qualquer disciplina, sendo antes atitude

comum a todas, uma outra compreensão do processo prefere admitir que, se as disciplinas e respectivos objetos são históricos, o campo literário é trans histórico; seria, assim, a resultante de interações múltiplas e complexas entre as diversas concretizações da etapa observacional no âmbito das diversas disciplinas da série histórica referido. (SOUZA, 2003, p. 158).

A idéia literatura, na concepção deste, só se torna efetivamente significativa, na era romântica (inclua-se aí, talvez, os prenúncios do romantismo no séc. XVIII), trazendo para dentro de si, as tensões da época, que são justamente as que vão facultar à História o momento de hegemonia entre as demais ciências. Daí decorre o fato de que a história da literatura só possa ter existido a partir do momento em que houvesse uma literatura. Para Roberto Reis, o processo não difere, pois o conceito de literatura tem cumprido uma nítida função social: no final do século XVIII e princípios do século XIX acompanhado da disciplina que o legitimaria, a estética [...] (REIS, 1992, p. 71). Na verdade, para ele o processo se alarga, pois ganha uma dimensão social, juntamente com as idéias de romantismo e de nacionalismo.

Segundo Jobim, literatura é, e sempre foi, algo mutável, um conjunto que, na verdade, abarca vários conceitos, em diferentes épocas. Algo construído, interpretado e constituído socialmente, de acordo com o contexto de cada momento: Uma obra pode ser considerada literária (ou não) em função de um julgamento que, em cada período, é conseqüência das normas estéticas a partir das quais se julga. Ou seja, considerar um texto como literário (ou não) depende do contexto (JOBIM, 1992, p. 129).

No entanto ele adverte para que não pensemos na existência do contexto como algo externo ao texto, nem apenas como algo determinante deste: Não haveria uma oposição dentro *versus* fora... [...] Poder-se-ia, isto sim, dizer que o contexto está dentro, já que determina as próprias fronteiras do que pode vir a ser considerado como texto (JOBIM, 1992, p. 129-130).

Assim, texto e contexto estariam encerrados numa mesma esfera, ou, no máximo, poder-se-ia dizer que o contexto é uma das instâncias do texto, na medida que ajuda a determiná-lo como tal. Para melhor entendermos a questão posta acima, por Jobim, é importante que não percamos de vista que o texto, assim como todas as formas de escrita decifráveis pelo outro, são fatos socialmente construídos, o que indica, no mínimo, pautados por um contexto sócio-histórico, por um conjunto de regras pré-existentes a ele e coletivas.

Aliás, esta posição parece quase um consenso nos dias de hoje, vejamos o que diz Jorge Wanderley:

[...] é literário o texto que obedeça a algumas exigências: a uma intenção artística (literária), a uma norma consensual de recepção, a uma relação contextual. [...] O primeiro item significa que o texto que se quer literário sabe disto e assim existe; em plena consciência de seu programa, suas técnicas, sua história, seu objetivo (ainda que negá-lo faça parte de sua proposta). [...] O segundo refere-se a que o texto literário, tal como visto hoje, não discrepará de seus pares, e será recebido, por seu usuário, o leitor, como sendo literário e não qualquer outra coisa. [...] O terceiro, expansão do segundo, liga o texto a sua realidade, a suas relações e ao intertexto, fixando suas relações com todos os demais textos, de qualquer espaço e tempo. (WANDERLEY, 1992, p. 259).

Roberto Reis, ao tentar definir literatura, parte da idéia de texto literário e, ao fazê-lo, também o refuta, enquanto fruto ímpar da criatividade, ou decorrente da aplicação de uma ferramenta, ou matriz como a literariedade, por parte de um crítico. Para ele o critério de exclusão, ou inclusão de um texto (no universo literário), é muito mais ideológico e socialmente elaborado: Um texto não é literário porque possua atributos exclusivos que o distinguem de outro texto, mas porque os leitores (entre eles incluídos os críticos), por inúmeras razões, o vêem como tal. Assim dimensionada, a literatura se converte numa forma de práxis discursiva e social, não apenas representando, mas também criando a realidade (REIS, 1992, p. 72). Torna-se marcante, no que Roberto Reis diz, o fato de que esta realidade discursiva e social, não apenas representa o contexto, mas o recria constantemente, parecendo diferir um pouco do que diz Jorge Wanderley, por indicar no seu texto a idéia de inclusão/exclusão como parte de um processo ideológico em constante ebulição, e não de objeto fixado pela intertextualidade.

Lajolo (1991) também parte do pressuposto de que a literatura é um processo social, mas, mais que isto, ela procura explicitar a função que cada um desses agentes sociais ou instâncias sociais exercem na construção do imaginário, do que seja a literatura em nossos dias. Ao fazê-lo, aproxima-se conceitualmente do que Roberto Reis propõe como definição de cânon:

[...] todo texto parece estar intimamente sobredeterminado por uma instância de autoridade. O critério para se questionar um texto literário não pode se descurar do fato de que, numa dada circunstância histórica, indivíduos dotados de poder atribuíram o estatuto de literário àquele texto (e não a outros), canonizando-o. (REIS, 1992, p. 69).

Estes indivíduos dotados de poder dos quais ele fala, nada mais são que as instâncias a que Lajolo se refere. Ou seja, são aqueles que determinam o que é e o que não é literário, que tem a responsabilidade de definir também o que é e o que não é canônico. São os canais competentes, também chamados de especializados pela autora. Mas quem são eles?

Deixemos que ela responda: são poucos, ou muitos, mas são sempre os mesmos, que narciso acha feio o que não é espelho: os intelectuais, a crítica, a universidade, a academia (LAJOLO, 1984, p. 102). Além destes especialistas e instituições, podemos ainda, por nossa conta, acrescentar, na categoria dos não especializados, o público (que pode ou não consagrar um autor) e, na categoria dos nem sempre especializados, a mídia.

Os mesmos agentes agem, quase com os mesmos critérios, para definir um e outro: Literatura e Cânon. Apenas acrescentaríamos, para efeito de diferenciação, que o Cânon é uma instância da literatura, que, sem lhe ser totalmente interna, tão pouco lhe é externa. Ou melhor: podemos considerar o Cânon como uma forma de organizar o literário, de hierarquizá-lo, de contê-lo em si, renovando-o e renovando-se com ele.

É na explicação da palavra clássico, a partir do latim *classis*, que reside a confirmação do que queremos afirmar quando aproximamos os conceitos de clássico, literatura e Cânon.

Segundo Lajolo:

Entre as instâncias responsáveis pelo endosso do caráter literário das obras que aspiram ao *status* de literatura, a escola é fundamental. A instituição escolar é das que há mais tempo e com maior eficiência vêm cumprindo o papel de avalista e fiadora da natureza e valor literários dos livros em circulação. [...] E qual foi o passe de mágica pelo qual a palavra clássico (a, os, as, ismo...) desenvolveu um significado segundo sobre um significado primeiro? Ou, melhor ainda: qual é o significado primeiro e qual é o segundo? Sem cartolas nem coelhos, a jogada está na palavra derivada de *classis*, palavra latina que significa classe de escola. Os clássicos, então, eram chamados clássicos por serem julgados adequados à leitura dos estudantes, úteis na consecução dos objetivos escolares. E como a escola, na seleção de seus textos, privilegiava os autores mais antigos, vem daí talvez a superposição de significados. (LAJOLO, 1984, p. 39).

Para Lajolo (1984), clássico é tudo aquilo que era apropriado ao aprendizado das classes (turmas de sala de aula), tudo o que pudesse ser de cunho educativo, ou didático (em termos de literatura e artes).

Conseqüentemente, tudo o que o uso em sala de aula consagrou e perpetuou, tornou-se, em algum momento de nossa história, canônico.

Como as histórias do narrador tradicional em Benjamim, para muitos, precursor do moderno professor, conforme aponta Gagnebin: as histórias do narrador tradicional não são simplesmente ouvidas ou lidas, porém escutadas e seguidas; elas acarretam uma verdadeira formação (*Bildung*), válida para todos os indivíduos de uma mesma coletividade (GAGNEBIN, 1995, p. 66).

A sala de aula é, pois, um dos espaços de fixação do que é e do que não é literário, por conseguinte, do que é e do que não é canônico. É ali que o processo de canonização, ou sua contrapartida, o apagamento, está mais próximo de nós. Não é por coincidência que é nela, também, que os indivíduos-alunos tomam o primeiro contato com as relações de poder socialmente instituídas, fora do âmbito familiar. Afinal, saber é poder.

Mas é também ali que a literatura perde, cada vez mais, o seu espaço, quer seja no gosto dos alunos (coisa que não discutiremos aqui), quer seja nos currículos e programas, sufocada como está, pela inadequação com que a apresentamos em sala de aula. Literatura e cânon têm sofrido duros golpes (golpes que são processos, não eventualidades).

A escola, em especial os cursos de letras, nas palavras que Afrânio Coutinho fazia ecoar, desde antes da fundação do primeiro curso superior de Letras no Brasil, quando ainda nem lecionava no Colégio Pedro II (COUTINHO, 1952) vivenciam uma realidade caótica: O que somos é incompetentes, malformados, superficiais. Que se pode esperar de tal estado? E o pior é quanto mais o tempo escorre pior é a situação. Com o aumento da população escolar caiu o nível do ensino. E agravou o faz-de-conta nacional (COUTINHO, 1983 [1980], p. 244). Segundo o autor de *A Literatura no Brasil* (COUTINHO, 1959) e de outros textos canônicos de História e Teoria da Literatura, há uma crise no ensino, coisa que se vem agravando com a popularização da escola, que afeta também (e sempre afetou, segundo ele) o ensino de Literatura, mesmo no nível superior.

Coincidentemente Luis Costa Lima (2002) fará semelhante diagnóstico, ao se referir à forma como o ensino de Teorias da Literatura tem sido instrumentalizado nos cursos de Letras:

[...] Ociosos porque, para que se ponham no nível do entendimento geral, não podem passar de uma coletânea de dados, fatos e nomes a serem preguiçosamente repetidos pelos alunos; incompreensíveis quando, reconhecido o perigo anterior, supõem o contato com suas fontes efetivas, a que os alunos terão pouco acesso ou nenhum por se encontrarem em línguas que eles não dominam; deformadores, e este tem sido o caso mais comum, porque, não tendo tido os próprios professores uma formação teórica efetiva, a apresentação das teorias passa a se confundir com a apresentação de caixas de ferramentas a serem aplicadas ao texto! Não é ocasional ser este o entendimento mais comum do que seja uma teoria. (LIMA, 2002 [1981], p. 9-10).

Segundo Costa Lima, os programas de ensino em Teoria da Literatura correm o risco de ser: ociosos, incompreensíveis e deformadores da teoria, ou seja, são eles, em grande parte, os responsáveis por esta instrumentalização.

Há o cânon literário propriamente dito, formado pelos bons autores e textos da literatura universal (ou nacional, ou mesmo, apenas regional), e há o cânon técnico que institui o cânon literário graças à teorização e às análises que propõe. O cânon técnico, para

Compagnon (2003), ao ser apropriado pela instituição escolar, via discurso pedagógico, tende a se cristalizar em repetições, deixando o caráter vivo e experimental da Teoria de lado. Em poucas palavras, a didatização da teoria acaba por torná-la inócua, diante do seu objeto sempre em movimento: a literatura. Ensinase, pois, não a teoria, porque teoria se faz, não se aprende, mas a história (e o histórico) do elenco de Teorias, por alguém, em um dado contexto e época, já fixadas.

A rigor, a solução talvez esteja em transformar os currículos dos cursos de Letras, buscando que se leia mais o cânon literário e menos o técnico. Ao mesmo tempo, talvez, seja necessário que se faça, a exemplo de outros movimentos pedagógicos, que seguem a mesma linha de raciocínio, com que a escola (independentemente do nível) permita que o aluno crie a consciência de que o teórico deve ser ele mesmo, de que a teoria é algo que se vivencia, não pode ser aplicada a esmo como uma chave-de-fenda.

Para isso não precisamos abandonar o ensino de história da teoria, ou a historicização de conceitos técnica e *epistême*, mas criar um espaço para que o aluno, lendo um texto literário, possa criar sua própria teorização, sem se ver preso a categorias e conceitos criados por outrem, em outros contextos e para outros fins.

Referências

BARBOSA, João Alexandre. A biblioteca imaginária. In: QFWFQ. Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: UERJ, 1996.

COMPAGNON, Antoine. *O Demônio da Teoria literatura e senso comum*. Belo Horizonte: UFMG: Humanitas, 2003.

COUTINHO, Afrânio. *O Processo da Descolonização Literária*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1983.

_____. *A Literatura no Brasil*. Rio de Janeiro: Livraria São José, 1959.

_____. *O Ensino da Literatura*. Rio de Janeiro: Departamento de Imprensa Nacional, 1952.

GAGNEBIN, J. M. *História e narração em Walter Benjamin*. Campinas: Perspectivas, 1995.

JOBIM, José Luís. *Formas da teoria*. Rio de Janeiro: Caetés, 2002.

_____. O Cânon literário e a avaliação dos cursos de letras. In: VALENTE, André Crim. *Língua, Lingüística e Literatura uma integração para o ensino*. Rio de Janeiro: UERJ, 1998.

_____. *A Poética do Fundamento ensaios de teoria e história da literatura*. Niterói: EDUFF, 1996.

_____. (Org.). *Palavras da Crítica*. Rio de Janeiro: Imago, 1992.

LAJOLO, Marisa. Leitura-literatura: mais do que um rima, menos do que uma solução. In: ZILBERMAN, Regina; SILVA, Ezequiel Theodoro (Orgs.). *Leitura: Perspectivas Interdisciplinares*. 3ed. São Paulo: Ática: 1995.

_____. *Do mundo da leitura para a leitura do mundo*. São Paulo: Ática, 1993.

LAJOLO, Marisa. *O que é literatura*. São Paulo: Círculo do Livro, 1991.

_____. *O que é literatura*. 4 ed. São Paulo: Brasiliense, 1984.

LIMA, Luiz Costa (Org.). *Teoria da Literatura em suas fontes*. 3 ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.

MAAS, Wilma Patrícia. *O Cânon mínimo o bildungsroman na história da literatura*. São Paulo: UNESP, 2000.

MIBIELLI, Roberto. *Aprender com Machado o olhar burlesco e malandro da literatura para a Educação*. Dissertação de Mestrado. Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal Fluminense UFF. Niterói, 2000.

REIS, Roberto. Cânon. In: JOBIM, José Luís (Org.). *Palavras da Crítica*. Rio de Janeiro: Imago, 1992.

SOUZA, Roberto Acízelo de. Situação atual da graduação em Letras. Xerocopiado.

_____. Campo Literário. Inédito. Xerocopiado.

_____. *O caso Teresa Margarida da Silva e Orta, ou a propósito da distância entre Boas Letras e Literatura*. In: LIMA, Tereza Marques de Oliveira; MONTEIRO, Conceição. (Orgs.). *Representações culturais do outro: nas literaturas de língua inglesa*. Niterói, RJ: Vício de Leitura, 2001.

WANDERLEY, Jorge. Literatura. In: JOBIM, José Luis (Org.). *Palavras da crítica*. Rio de Janeiro: Imago, 1992.